

O CAMINHO DA DESUMANIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOCIAL CONTRA A TRANSGENERIDADE E CISHETERONORMATIVIDADE NO ROMANCE *OLHO DE BOTO* (2015)¹

Állan Sereja dos Santos *
allanserejapa@gmail.com
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Antonio Rediver Guizzo **
antonio.guizzo@unila.edu.br
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Resumo: No diálogo entre literatura e violência, alguns textos literários proporcionam empatia no leitor diante da violência subjetiva e despertam percepções acerca das formas sistêmicas e simbólicas da violência. Este artigo objetiva analisar no romance *Olho de Boto* (2015), de Salomão Larêdo, as representações e figurações da violência contra a comunidade LGBTQIA+, as relações com o conservadorismo e autoritarismo contemporâneos e do período da Ditadura Civil-Militar, respectivamente os tempos de produção e representação da obra, e as intertextualidades estabelecidas com a *Via Crucis* cristã. A narrativa aborda as violências subjetivas, sistêmicas e simbólicas vivenciadas por uma personagem trans que almeja casar-se com o amado e concluir a transição de gênero durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. A personagem, vítima da compulsoriedade do modelo cisheteronormativo, somente alcança o objetivo depois da cooptação capitalista deste direito. Os principais aportes teóricos utilizados na análise são Bento (2008), Žižek (2014), Chauí (2017; 2020), Quinalha (2017), Schwarcz (2019).

Palavras-chave: *Olho de Boto* (2015). Personagem trans. Compulsoriedade do modelo cisheteronormativo. Representações da violência.

1 Introdução

Salomão Larêdo (Cametá - Pará, 1949) é escritor, poeta e jornalista. Iniciou a carreira literária com o livro *Senhora das Águas – Poemas* (1982). Atualmente, são 44 livros publicados, trazendo à literatura o imaginário e a realidade da região amazônica,

¹ Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Imaginários da Violência na Literatura Latino-Americana – literaturas do fim do mundo”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa – CNPq - PQ-2.

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Literatura Comparada (PPGLC-UNILA). Bolsista pelo Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-DS).

** Professor do Programa de Pós-graduação em Literatura Comparada (PPGLC-UNILA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq - PQ-2.

bem como temas que representam contextos socioculturais vivenciados em todo o país. Dentre as obras do autor, destacam-se o livro de contos *Chapéu Virado - a lenda do boto* (1997), o livro de poemas, depoimentos e memórias *Palácio dos Bares - Buete Condor* (2003), o romance *Antônia Cudefacho - O ardente amor de um padre* (2006) e o livro de testemunho e autoficção *Vila do Carmo - As Vilas da Vila do Carmo cametaense* (2022). Um dos livros de maior projeção, lançado pela editora Empíreo (sua 40ª obra), foi o romance *Olho de Boto* (2015), objeto de análise neste artigo.

Em relação à recepção acadêmica de *Olho de Boto*, podemos destacar: o artigo “A representação e crítica da violência nas obras de Márcio Souza e Salomão Larêdo” (2019), de Erlândia Silva, que analisa a representação da relação entre violência, modernidade e autoritarismo na obra do autor amazonense; a tese *Representações das identidades homoafetivas na prosa contemporânea brasileira: leituras da escrita de si* (2019), de Rubenil Oliveira, que analisa em perspectiva comparada as identidades homoafetivas e a trajetória de vida das personagens de seis obras; e o trabalho de conclusão de curso “O amor que ousa dizer o seu nome”: *História e Homoerotismo na Amazônia em Olho de Boto (1967-1985)* (2022), de Marlison Moraes, que investiga o imaginário do homoerotismo na obra, dialogando com casos reais de opressão ocorridos durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Em uma leitura comparada, é possível observar que as três pesquisas voltam-se, sobretudo, a um acontecimento em particular da narrativa, o impedimento de um casamento tratado como homoafetivo, e observam a personagem-protagonista Inajacy como um homem homossexual que performa o feminino².

Olho de Boto, para Cruz (2022), participa de um conjunto de narrativas literárias longas do século XXI que abordam temas relacionados à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Essas produções, conforme a autora, constituem uma “espectrografia do autoritarismo”, pois não apresentam um desenho único, mas um conjunto de grandes

² A questão de performar o feminino parte da ideia de performatividade de Judith Butler. Para Silva, o gênero, em Butler, é uma construção social e “os corpos desempenham papéis previamente instituídos histórica e socialmente, papéis estes que podem ser moldados com o livre uso do corpo (daí a ideia de performatividade)” (Silva, 2020, p. 20). Contudo, conforme Borba (2014), a performatividade não é uma ação simplesmente voluntarista e a identidade de gênero algo que os sujeitos podem simplesmente trocar. De acordo com Borba (2014), parte da recepção inicial da obra de Butler apontou a ausência da discussão sobre a materialidade do corpo no desenvolvimento inicial do conceito, críticas que Butler buscou elucidar em trabalhos subsequentes ao afirmar que performatividade não é um jogo livre nem uma autoapresentação teatral, bem como não acontece livremente, mas em “uma estrutura muito rígida (a heterossexualidade compulsória e os discursos que a sustentam) que delimita suas possibilidades” (Borba, 2014, p. 450).

feixes, traços e tendências marcantes, enquadramentos de um período histórico que têm o autoritarismo como base, por meio dos quais buscam trazer ao presente a memória de um passado violento e traumático. *Olho de Boto*, a sua vez, debate a homotransfobia – isto é, violências contra pessoas LGBTQIA+³ – e o autoritarismo do regime ditatorial brasileiro da década de 1960, período do século XX em que os conservadores estavam se fortalecendo e se multiplicando no país, ao mesmo tempo em que a população LGBTQIA+ lutava pela criminalização das violências por ela sofridas.

Nesse contexto, a pesquisa objetiva analisar no romance *Olho de Boto* as diferentes representações e figurações da violência contra a comunidade LGBTQIA+ e as relações com o conservadorismo e autoritarismo do período da Ditadura Civil-Militar (tempo de representação da obra) e da contemporaneidade (tempo de escrita da obra). O principal foco da análise será investigar as relações sociais e violências vivenciadas pela personagem trans representada na obra, sobretudo o impedimento de seu casamento. Também é foco da análise a reflexão sobre a compulsoriedade de um modelo cisheteronormativo⁴ de conduta social que vulnerabiliza, cerceia direitos e expõe à violência os sujeitos que não se adequam afetiva, sexual e/ou identitariamente à normatividade de gênero estabelecida.

2 Violência e Literatura: Intersecções

No Brasil, conforme o *Atlas da Violência (2021)*, ocorreram 45.503 homicídios em 2019, o que corresponde a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Quando observada a taxa de homicídios por Unidade Federativa (UF), é possível

³ A sigla significa lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/transsexuais/travestis, queers, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Optamos por essa sigla no desenvolvimento da pesquisa por ser a atualmente utilizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

⁴ Cisheteronormatividade é a reprodução de uma perspectiva sobre identidades de gênero e sexualidades que é derivada de uma lógica colonial que naturaliza a cisgeneridade e a heterossexualidade como modelos, logo, o que está fora dessa concepção é visto como anormal e subalterno. Usamos esse termo que abarca os dois modelos normativos da sociedade para estabelecer uma análise que abranja gênero e sexualidade. Para melhor elucidar o conceito, conforme o guia *Dicas para atender bem turistas LGBTQIA+*, desenvolvido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério do Turismo, pessoas cisgêneras se identificam com o gênero atribuído no nascimento; pessoas transgêneras se identificam com um gênero distinto ao seu sexo biológico, como por exemplo as pessoas transexuais, travestis e não binárias (2023, p. 10). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/publicacoes/dicasparaatenderbemturistaslgbtqia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

perceber que a Região Norte concentra alguns dos piores índices, sendo que todas as Unidades Federativas da Região estão acima da média nacional: Amapá 42,7; Pará 39,6; Roraima 38,6; Amazonas 38,4; Acre 36,9; Tocantins 29,0; e Rondônia 25,2 (Cerqueira, 2021).

Quando observados dados apresentados pelo relatório em recortes, “verifica-se um crescimento bruto de 5% nas violências contra homossexuais e 37,1% nas violências contra bissexuais, passando de 4.855 registros em 2018 para 5.330 em 2019” (2021, p. 62); entre a população trans “verifica-se aumento do valor bruto das notificações de violência física em 5,6%, quanto à psicológica, de 13,5%. Notificações de tortura reduziram 3,4% e outros tipos de violência aumentaram em 30%” (2021, p. 63). No que tange a idade, o relatório destaca que a juventude (entre 10 e 19 anos) é o período de maior vulnerabilidade à violência para pessoas homossexuais e bissexuais.

Os dados, em si, já apontam para a violência como um dos problemas mais contundentes na sociedade brasileira, bem como a distribuição assimétrica da violência entre diferentes populações, tais como mulheres, negros e pessoas LGBTQIA+ – grupos de maior vulnerabilidade⁵. Entretanto, para a melhor compreensão do fenômeno, além dos dados, é importante a análise tanto das dimensões da violência quanto das características formadoras do fenômeno no país.

Para Slavoj Žižek (2014, p. 17), o fenômeno da violência pode ser compreendido em duas dimensões básicas: a violência subjetiva, “exercida por um agente claramente identificável”, aparente na mensuração de dados estatísticos (como os que acabamos de apresentar) e na exposição midiática em jornais, televisão, mídias sociais etc.; e a violência objetiva, a parte invisível da violência, manifesta sob uma aparência de normalidade e atuante através de formas sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração. Essa dimensão da violência, para Žižek (2014), pode ser dividida em violência simbólica, encarnada na linguagem e em suas formas, que atravessa os discursos que autorizam e reproduzem as relações de dominação e exploração social, e violência sistêmica, encontrada no funcionamento

⁵ Segundo o Atlas (2021, p. 67) da Violência, “Pessoas negras são a maioria das vítimas independente de orientação sexual e identidade de gênero, o que se verifica também nos indicadores de violências letais referentes à população geral. Chama atenção que a desigualdade de vulnerabilidade à violência entre pessoas negras e brancas seja maior em função de identidade de gênero do que de orientação sexual, sinalizando para o fato de que políticas públicas de focalização refinada das intersecções entre gênero e raça são fundamentais para o enfrentamento às violências que atingem ambos os grupos, mas que pessoas trans negras possuem necessidades que demandam ainda mais focalização”.

assimétrico dos sistemas econômicos, políticos e jurídicos que permite e aprofunda as desigualdades sociais.

Analisando o caso brasileiro a partir da conceituação de Slavoj Žižek, é evidente como a violência objetiva fornece o substrato e cria as condições para a explosão da violência subjetiva manifesta nos dados estatísticos. Na dimensão da violência sistêmica, as desigualdades sociais e econômicas, a formação educacional deficiente da maioria da população, o desemprego, a inflação, a recessão, a precariedade de acesso à moradia, saúde, segurança e cultura, entre tantas outras manifestações da distribuição assimétrica de bem-estar social, são evidentemente lastro histórico de um país marcado pelo modelo colonial escravagista, patrimonialista e latifundiário, no qual a propriedade privada serviu (e serve) como elemento da organização de mando político; bem como consequência do capitalismo neoliberal contemporâneo que opera progressivamente a transformação do Estado de uma instituição pública regida pelos princípios e valores de legalidade e legitimidade republicano-democráticos em uma empresa manipulada por interesses privados de grupos restritos que objetiva eliminar (ou transformar em mercadoria) direitos econômicos, sociais e políticos que deveriam ser garantidos pelo poder público (Chauí, 2020).

No plano simbólico, também elementos diversos operam para a formação e perpetuação das assimetrias sociais. Para Jessé Souza (2021), o racismo multidimensional⁶, através do escamoteamento dos mecanismos de reprodução de privilégios visíveis e invisíveis de classe⁷, atua tanto na dimensão social, ao destituir de dignidade grupos que vão vivenciar a experiência subjetiva da humilhação, exclusão e marginalização, quanto na dimensão individual, ao impedir o desenvolvimento da autoestima, autoconfiança e autorrespeito de sujeitos que vão compreender a si mesmos como não detentores de mérito individual (mecanismos que, através de uma falsa ideia de meritocracia vão justificar moralmente o racismo multidimensional).

⁶ Para o autor, o racismo multidimensional engloba desde a distorção simbólica da positividade de valores morais de colonizadores e colonizados até as discriminações de raça, gênero e classe.

⁷ Para o autor, a renda é o elemento mais visível e menos importante na distinção entre as classes. O elemento central que determina a estratificação social em classes (e que só posteriormente se transformam em renda) é a distribuição desigual de: a) capital cultural (incorporação do conhecimento considerado útil e legítimo pela sociedade); b) capital social (estabelecimento de relações interpessoais que possibilitam acesso a estratos sociais que detêm poder ou influência); c) disposições para o comportamento prático como disciplina, autocontrole, capacidade de concentração, pensamento abstrato e visão prospectiva (características determinantes no sucesso escolar e laboral do indivíduo); e d) construção e reprodução de valores positivos sobre a própria classe (que se manifesta no reconhecimento da própria importância social).

Para Marilena Chauí (2017), diferentes mecanismos ideológicos vão atuar na negação da violência, escamoteando a estrutura violenta da sociedade brasileira e transformando o fenômeno da violência em eventos isolados e esporádicos, evitando, assim, que as reais causas sejam expostas e combatidas. Os principais mecanismos apresentados por Chauí (2017) são: a) a exclusão, expressa na ideia de que o Brasil não é violento, e que produz a distinção entre um nós-brasileiros-não-violentos e um eles-não-brasileiros-violentos (no qual também se encontram os excluídos socioeconomicamente sob a pecha de potenciais agentes da violência); b) a inversão do real, através da qual se dissimulam comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não violentos (o machismo é colocado como proteção à natural fragilidade feminina, o estupro é resultado de um ato feminino de provocação e sedução, o paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade dos negros e dos indígenas, a repressão aos homossexuais é considerada proteção natural aos valores sagrados da família e da saúde etc.); c) o jurídico, através do qual, por um lado, a violência é circunscrita ao ataque à propriedade privada (furto, roubo, depredação), seguido ou não de assassinato (latrocínio), perpetrado por ladrões e assassinos pertencentes às classes populares, pelo outro, a violência policial é legitimada contra os pobres, os sem-terra, os negros, os indígenas etc., sob a escusa de proteger o “nós” contra o “eles”. Nesse último caso, como observa Schwarcz (2019), assistimos não só ao aumento da tolerância da brutalidade policial, como a crescente reivindicação da diminuição da maioria penal e o incentivo ao armamento dos “cidadãos de bem”, medidas que, embora comprovadamente ineficazes no combate à violência, são ofertadas à população por políticos autoritários como resposta ao crescimento da criminalidade e da sensação de impunidade.

Mais contemporaneamente, também assistimos na dimensão simbólica ao contramovimento (*backlash*) neoconservador afirmar que direitos de grupos politicamente hegemônicos estariam sendo preteridos e violados pelos avanços irrestrito das políticas de promoção de direitos de grupos subalternizados, movimento manifesto na dimensão das diversidades sexuais e de expressões de gênero pelo ataque à “ideologia de gênero”, retrocesso na promoção de direitos e (re)imposição do modelo de família branca, cis, heterossexual e biparental respaldada (e, por vezes, promovida) pelo poder público (Cerqueira, 2021). Conforme Schwarcz (2019), embora nos apresentemos como uma sociedade aberta à diversidade, observamos a

existência consentida de práticas sociais de exclusão, disseminação de crimes e crueldade crescentes contra aqueles que não compartilham o modelo de cisheteronormatividade – “casos que vão desde a hostilização até a violência nas ruas, como empalação, mutilação de membros, tortura, apedrejamento, esfaqueamento ou aplicação de golpes com objetos contundentes” (Schwarcz, 2019, p. 201); ódio fomentado por uma suposta ameaça aos valores da família brasileira, mas que, na verdade, evidencia, para a autora, um emaranhado complexo de práticas e crenças do machismo imperante na sociedade, a carência de políticas educacionais na área e a inexistência ou ineficácia de legislação específica.

No que tange à intersecção entre literatura e violência, concordamos com Jaime Ginzburg (2012) que, em uma contemporaneidade fortemente marcada pela presença da violência social manifesta em crimes de ódio, racismo, machismo, agressões por homofobia, xenofobia etc., a conexão direta existente entre ética e estética permite compreender como o campo artístico vincula-se à representação e à denúncia das injustiças existentes nas formas como nos organizamos em sociedade, bem como, diante da superexposição não crítica da violência assistida nos meios de comunicação, a literatura, quando questionadora das assimetrias sociais, é uma das formas de expressão capazes de penetrar em nossa apatia frente às formas de violência subjetiva e romper nossas percepções automatizadas da realidade, localizadas aquém da compreensão das formas sistêmicas e simbólicas da violência.

Como fazer a sociedade reagir emocionalmente à violência social, com sensibilidade, sem que isso seja conduzido por segmentos conservadores da mídia, que se comportam de modo neurótico e obsessivo? Como fazer com que a vida cultural não seja dominada por instâncias hegemônicas interessadas em compactuar com a continuidade da violência? (Ginzburg, 2012, p. 24).

Acreditamos, como Ginzburg, que alguns textos literários, além da manifesta *poieses*⁸, se propõem, intencionalmente ou não, a ser resposta para tais questionamentos; e sob essa ótica seguimos à análise de *Olho de Boto* (2015), de Salomão Larêdo.

3 *Olho de Boto*: representação de personagem transgênera em um romance de autoria cis

⁸ A criação, o uso das técnicas de composição que a literatura dispõe para o fazer literário.

Para analisar as relações sociais e violências vivenciadas pela personagem trans representada na obra será necessário, primeiramente, não interpretar Inajacy como um homossexual afeminado, como ocorre em outros estudos e na sinopse do próprio livro, e sim, como uma personagem transfeminina, isto é, representação de uma personagem transgênera que se identifica e constrói a subjetividade na feminilidade – leitura orientada pelas discussões e os estudos contemporâneos sobre gênero e sexualidade.

Na sinopse presente na contracapa da obra, informa-se que o escritor se inspirou em uma história real e traz, na parte pré-textual, uma reprodução do jornal *Folha Vespertina*, de 28 de dezembro de 1967, onde se noticia que dois homens se casaram em Cametá, município do Estado do Pará; tal fato seria a inspiração e ponto de partida para Salomão Larêdo escrever o romance que se passa em um povoado fictício de Cametá, chamado Inacha, durante a década de 1960, exatamente no período da Ditadura Civil-Militar brasileira. Na obra, Inacha é um “espelho cultural amazônico” (Moraes, 2022, p. 29) e também um espelho das violências provenientes do conservadorismo e autoritarismo que, entre outras formas de barbárie, incluíram assassinatos de mulheres, LGBTQIA+ e crianças (estas últimas, por vezes, também vítimas de tráfico humano).

A obra é dividida em 15 estações (correspondentes a capítulos) e um “remate” (como é denominada a seção final da obra). Cada início de estação relata o enredo principal, a violência coletiva da população conservadora de Inacha contra a personagem transfeminina Inajacy, empregada de Ponciano que trabalhava como cozinheira. Ela é ridicularizada e desumanizada publicamente em um trajeto do posto de saúde do povoado, onde examinam o seu corpo, até a delegacia, onde a interrogam sobre sua identidade de gênero. Nesta parte inicial, presenciamos a resistência dos personagens marginalizados do povoado (LGBTQIA+ e dona do bordel) que apoiam a personagem-protagonista, assim como, de seu amado, Inajá, empregado de Ponciano que trabalhava na lavoura. Além da narrativa principal, há um mosaico de outras narrativas, ora aparentemente independentes, ora explicitamente se entrelaçando e/ou complementando a história principal. Histórias que, temporalmente, localizam-se tanto no período da violência coletiva contra Inajacy como em um tempo narrativo que antecede ou sucede o acontecimento; estratégia composicional que expõe a permanência da violência e da hipocrisia do conservadorismo moral do povoado.

No emaranhado narrativo, o leitor também é apresentado à forma que Inajacy, conhecedora dos saberes populares amazônicos, conquistou o amado Inajá por meio de elementos e práticas místicas (como o olho do boto, um talismã do amor e da sedução). O enredo também apresenta a relação romântica do casal e os preparativos para o casamento que, além da união amorosa pelo laço do matrimônio, seria a forma de quebrar o encantamento sobre Inajacy: “Fato ocorrido no interior de Cametá, onde um homossexual dizia-se que iria desencantar da forma masculina e virar mulher?/ No dia do desencantamento foi também o dia do casamento” (Larêdo, 2015, p. 78). O casório causa o fim do encantamento que a aprisiona num corpo masculino e, conseqüentemente, a faz assumir uma anatomia de acordo com o gênero que se identifica, não mais ao gênero que lhe foi designado ao nascer.

Os narradores da obra ora se referem à Inajacy como um homem homossexual que assume a posição da noiva, ora como uma mulher. Para Oliveira, essa estratégia composicional dialoga com a composição da personagem, que “se vê através da identidade feminina e incorpora todo o discurso do papel da mulher nas sociedades patriarcais”, sendo assim, uma performance do feminino no corpo gay que se coloca “[...] no entre-lugar, não é homem, nem é mulher, é um ser indefinido, fluido, uma identidade em trânsito, cuja fronteira é a própria consciência do sujeito” (OLIVEIRA, 2019, p. 228). Por sua vez, Moraes (2022, p. 88) observa que a personagem está na “fronteira binária entre o masculino e o feminino”.

O tratamento de Inajacy como uma personagem homossexual no entre-lugar masculino-feminino está relacionada com a própria forma como o livro apresenta a sua narrativa; na contracapa, expõe que se trata de um “romance homo(ama)zônico” e, na sinopse, pontua-se: “dois homens decidem casar, décadas antes do mundo discutir os relacionamentos homoafetivos” (Larêdo, 2015). O radical *homo* e os termos “dois homens” e “homoafetivos” dão o sentido que Inajacy é homem como Inajá. Também é uma representação de como a transgeneridade era vista na época em que o romance se passa – de acordo com Araújo e Nogueira (2017), pessoas trans eram consideradas como uma das manifestações da homossexualidade.

O pensamento da época da narrativa, em relação à compreensão sobre as identidades transgêneras, advém de uma construção eurocêntrica e cisheteronormativa diferente do entendimento atual, mas que mantém fortes reminiscências na compreensão do gênero no senso comum contemporâneo. O gênero, compreendido por uma ótica binária, estava estreitamente ligado com a

genitália (com o sexo biológico), a partir do qual se aceitavam apenas dois extremos, homem-pênis e mulher-vagina, e a partir deles se estabelecia as gramáticas comportamentais e o reconhecimento social de cada gênero – “Toda a sociedade elabora seus próprios marcadores de diferença [...] transforma diferenças físicas em estereótipos sociais, em geral de inferioridade, e assim produz preconceito, discriminação e violência” (Schwartz, 2019, p. 174). Isso fica evidente quando questionam se Inajacy era de fato uma mulher, fazendo a personagem passar por exames médicos e interrogatório policial para averiguar a veracidade da afirmação dela, como no trecho abaixo:

Teu nome.

Inajacy!

Nome do teu Pai:

(ficou em silêncio)

Nome da tua mãe:

Não quero responder.

Por que queres casar? Tu és homem?

Sou mulher, e toda mulher quer casar, ter filhos, família, casa, um marido, um lar. Eu quero isso, tudo isso e muito mais...

Mas o exame deu que tu és homem...

Já disse, sou mulher! (Larêdo, 2015, p. 93).

No trecho anterior, ao ser interrogada pelo delegado, ela identifica-se como mulher e, ao ser questionada acerca do seu desejo de casar-se, ela manifesta motivos que partem de um imaginário social construído sobre as mulheres. Em uma parte anterior do romance, quando o personagem Ponciano – apontado como um “juiz da saúde” – pergunta para Inajacy quem ela era, como resposta, ela se reconhece como mulher (p. 15). Ao se afirmar como mulher, a personagem reivindica o reconhecimento social como mulher, essa afirmativa é a forma de manifestar um “pertencimento a um gênero distinto daquele que foi imposto” (Bento, 2008, p. 12). Então, trata-se de uma personagem transfeminina, diferente de Inajá que, durante o interrogatório do delegado, quando lhe perguntam sobre o seu gênero, se identifica como homem e pontua que se casará com uma mulher.

Nesse sentido, Inajacy é a personagem posta no centro alvo do autoritarismo e da desumanização da população por subverter a cisheteronormatividade. Isto é, a personagem contrapõe um regime que parte de uma compreensão que inferioriza pessoas transgêneras frente as cisgêneras, submetendo-as à lógica em que genitália e gênero são conectados e uma “normatividade” que parte de uma racionalidade cis que exclui e violenta pessoas não enquadradas nos modelos determinados. Violência

que, conforme Schwartz (2019), caracteriza uma sociedade que se orgulha em divulgar o predomínio do machismo nas relações sociais, bem como se ampara em preceitos supostamente religiosos para preservar a tradição patriarcal, seu modelo de família e os parâmetros de ação e convivência cisheteronormativos.

Outra importante questão relacionada é a estratégia do autor de partir do imaginário amazônico da encantaria e da pajelança para criar uma alegoria para a transexualidade e processo de transição de gênero. Inajacy seria uma mulher encantada no corpo de um homem que, por meio do casamento realizado por um pajé, realizaria um rito de passagem e assumiria a sua forma de mulher. Embora a figuração da obra apresente a possibilidade de transformação anatômica, na estrutura representativa da obra há um casal cis-trans, formado por uma mulher trans em uma relação afetiva com um homem que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído socialmente, isto é, um homem cis (Alexandre, 2020). Em outras palavras, pode-se considerar *Olho de Boto* como um romance de autoria cis que representa uma personagem transgênera e a violência por ela vivenciada, como analisamos na próxima seção.

4 As violências sistêmicas e simbólicas em *Olho de Boto*

A narrativa se inicia pelo julgamento de Inajacy, o narrador é um “correspondente e enviado especial” para cobrir o casamento entre Inajacy e Inajá. O julgamento, por sua vez, ocorre em um espaço público do povoado, acompanhado pela comunidade e registrado em um gravador de voz pelo correspondente. O juiz é Ponciano – personagem conservador, latifundiário, titulado como “juiz de saúde”, e patrão do casal. Após Inajacy definir-se mulher a Ponciano, este se refere a ela pelo pronome demonstrativo invariável “isto”, caracterizando a desumanização e rejeição da identidade feminina. Ponciano, como juiz, e semelhante à ação de Pôncio Pilatos na *via crucis* católica, pergunta à multidão qual deve ser o destino de Inajacy, a resposta vem de uma multidão de sujeitos contratados que seguem as orientações da elite conservadora do povoado. O veredito “popular” é que Inajacy deveria ser castigada, apanhar e tomar um banho de urtiga braba. Isto é, assistimos aqui à representação da violência como suposta forma pedagógica para a imposição da

cisheteronormatividade, baseada na tese preconceituosa de que orientações sexuais⁹ não cisheteronormativas podem ser “curadas” pela humilhação e espancamento, como observamos quando Ponciano pergunta o motivo para tal punição, e a resposta é “*É luziário! Luziário!*” (Larêdo, 2015, p. 15), neologismo criado pelo autor para representar o preconceito da sociedade contra as pessoas LGBTQIA+.

Na segunda estação, o narrador revela a reação de segmentos sociais contra Inajacy (das senhoras católicas, da mídia, da imprensa e do médico). A Liga das Senhoras, grupo formado por católicas conservadoras, sai da igreja marchando em protesto ao casamento, referência feita no romance à Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964 e aos grupos femininos de direita, católicos e conservadores, que “ocuparam as ruas de diversas cidades brasileiras contra o governo João Goulart clamando por uma intervenção redentora das Forças Armadas e, a partir de abril, efetivamente em apoio ao golpe civil-militar” (Quinalha, 2017, p. 26). Como observa Schwartz, “Mostra a história que, quanto mais autoritários os regimes políticos, maiores são as tendências para que se intensifiquem tentativas de controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade” (2019, p. 206). Juntamente com Ponciano, a Liga das Senhoras configura na narrativa partes da sociedade do país de ideais conservadores e cristãos que se aliaram, como no regime militar, para combater quem supostamente atentaria à moral da família e aos bons costumes – no caso do romance, Inajacy contraria a moralidade pública no campo do gênero/sexualidade.

A imprensa, por sua vez, é o segmento social que contribui à violência através da reprodução da ideologia dominante e da espetacularização de dramas sociais. O correspondente observa a avaliação do médico por meio de uma fenda no telhado e narra os acontecimentos num alto-falante. A invasão médica no corpo da personagem, e a humilhação e o sofrimento decorrentes, é espetacularizada pela mídia. Porém, não é apenas a mídia que transforma o acontecimento em espetáculo. No posto de saúde, o médico, que deveria averiguar se Inajacy era menor de idade, se ocorreu ato penetrativo nas regiões genitais e se era homem ou mulher, transforma o exame em evento público ao perceber a população ouriçada para saber detalhes do procedimento.

⁹ Nessa passagem, utilizamos o termo orientação sexual para ilustrar a ideologia dominante na sociedade representada na obra, a qual não estabelecia distinção entre gênero e orientação e considerava pessoas trans como uma das manifestações da homossexualidade; contudo, nesta pesquisa, nossa tese é a existência da representação de uma identidade de gênero não cisheteronormativa em Inajacy.

[...] O médico usava outra sala e em toda parte cheia de gente, o espaço exíguo para ver, Maniva viu e contou depois à mãe:

- A noiva estava todo de peitozinho...

- De quem é este porta-seio? - perguntou o médico, pessoal ria.

- O peito dela era aquelas bolazinhas de borracha que a gente brinca de pira e que eles cortaram no meio pra botar uma de cada lado de dentro do sutiã. E, quando nós vimos, o médico mandou jogar as duas partes; na verdade, as cascas da bola pra lá, aí nós falamos: olha, caíram os lados do peito dele (risos), era muita anarquia que havia lá na rua... a gritaria!!!

- Depois veio o vestido dela...

- Veio a grinalda!

- O véu.

- Veio tudo de lá de dentro do consultório...

- O médico foi efetivamente fazer o exame nele, a noiva, e deixou ele despido pra lá, porque ele estava...

- O que se vestia de homem, o noivo, estava com o terno dele, de homem, porque era a noiva que eles foram investigar se era noiva mesmo, se era mulher. Aí depois o médico chegou à conclusão de que... Mandou entregar à polícia!

Tremendo de medo, nu, o homem que era a noiva, é entregue à polícia (Larêdo, 2015, p. 34-35).

Ao desnudar publicamente Inajacy e arremessar as indumentárias que objetivavam performar um corpo feminino, o médico faz a população rir, potencializando a humilhação ao transformá-la em espetáculo cômico. No remate do livro, outro personagem conta que algumas pessoas viram o médico penetrar no ânus da noiva um chumaço de algodão molhado de éter, lhe causando muita dor, pois tinha tido relação sexual no dia anterior – ação que novamente figura a violência como meio corretivo das identidades não cisheteronormativas. De acordo com Bento (2008), a ótica que divide sujeitos em vagina-mulheres-feminino e pênis-homens-masculinos confunde-se diante da transgeneridade, que extrapola a delimitação do que se entende como masculino/feminino e demanda uma identidade de gênero sem ligação à genitália; e para “corrigir” essas identidades não assimiladas no binarismo de gênero, a cisheteronormatividade utiliza a medicalização e a patologização, deslocando tais identidades à condição de doença. Nesse sentido, o médico simboliza a interferência da medicina sobre as pessoas trans, porque a transgeneridade, assim como homossexualidade, era vista social e cientificamente como uma patologia à época, perspectiva alimentada durante a Ditadura Civil-Militar, na qual, segundo Araújo e Nogueira (2017), inúmeros LGBTQIA+ foram internados em manicômios. Na intertextualidade com a *via crucis*, também podemos compreender o exame médico e a exposição vexatória e humilhante de Inajacy como uma forma simbólica de flagelamento.

Após o exame, o médico transfere o caso para a delegacia. Inajacy caminha a pé, usando o vestido já roto, do posto de saúde à delegacia. Nesse trajeto, a noiva já “havia perdido a aparência humana”. Cansada, com fome e com o vestido maltrapilho, é vaiada pela multidão ao desmaiar (referência à terceira estação da *via crucis* – A Primeira Queda de Jesus). Segundo o narrador, o motivo do desmaio teria sido a vergonha pela humilhação sofrida; a população, por sua vez, reage com os termos “frescura”, “faniquito”, relacionando o desfalecimento da personagem não à violência sofrida, mas à não cisheteronormatividade, a uma suposta tibieza de caráter, demonstrando um dos mecanismos de negação da violência mencionado anteriormente. Ao longo do trajeto, Inajacy recebe apoio e compaixão da mãe, do noivo Inajá (este, obrigado a ajudá-la a caminhar, em alusão evidente à quinta estação da *via crucis* – Simão de Cirene ajuda Jesus), da dona de um bordel, de LGBTQIA+ e de uma senhora do povoado; o resto da população, ao contrário, continua a humilhar a personagem com vaias. Em seguida, soldados colocam na cabeça de Inajacy uma coroa feita por cipó timbuí com a intenção de ridicularizá-la ainda mais; e a população acerta-a com lama, ovos e alimentos.

De acordo com Quinalha (2017), a Ditadura Civil-Militar de 1964 não fundou a discriminação sobre grupos sociais vulneráveis, essa é uma marca histórica do país desde o período colonial; entretanto, durante o regime, intensificou-se o autoritarismo do Estado, e as perseguições, internações, prisões, torturas e assassinatos foram condutas recorrentes para o controle dos indivíduos vistos como ameaça para a sociedade, e a sexualidade foi uma das “ameaças” definida como inaceitáveis. Na representação do romance, Inajacy era uma ameaça à moral e aos bons costumes, dois pilares da Ditadura Civil-Militar, e sua conduta foi reprimida por representantes dos segmentos sociais que apoiaram o Golpe de Estado de 1964.

Os militares, por sua vez, são apresentados no romance como “mandachuvras”, termo que aponta para a vigência de um Estado ditatorial não-democrático. No final do romance, uma voz narrativa revela que os militares incentivaram e patrocinaram o casório (titulado de “a encomenda”), pois viam a ridicularização do casal como uma forma de lazer. Para esse narrador, dois são os motivos do patrocínio.

Aprígio descobriu que os mandachuvras bolaram aquela situação para desviar a atenção de um grande rombo que estavam dando na administração local.

A verdade verdadeira, segundo gente de dentro, é que as mulheres dos mandachuvras descobriram que os mandachuvras eram invertidos,

como se dizia, boiolas que queriam ver como se sairiam numa cerimônia daquelas (Larêdo, 2015, p. 266-267).

A representação de tais motivos na tessitura da obra aponta, primeiramente, à utilização do entretenimento como forma de desviar o foco da corrupção na administração pública. Gianordoli-Nascimento, Mendes e Naiff (2014) observam que, durante a Ditadura Civil-Militar, a seleção brasileira serviu a semelhante propósito: à sustentação ideológica do regime militar, auxiliando na construção da imagem de uma nação unida e única que expressava o amor à pátria através da seleção e, dessa forma, legitimando as ações políticas do governo militar. Em segundo lugar, aponta à satisfação do sadismo dos “mandachugas”, homossexuais que, na obra, reprimiriam a própria sexualidade através da violência. Conforme *Relatório Nacional da Verdade*, a ideologia que alicerçou o regime militar

[...] continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão”. Acentuou-se, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos “bons costumes”. Essa visão legitimava a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores (Brasil, 2014, p. 301).

No final do romance, outro narrador conta que o delegado enviado para Inacha mandou Inajacy e Inajá para Brasília, onde um vereador-empresário poderoso patrocinou o casal (transformado agora em propriedade) e realizou a cerimônia do matrimônio como um evento privado e pago. O casório, dessa forma, transforma-se em um espetáculo privado, que se torna lucrativo ao empresário ao ser vendido como acontecimento inusitado. Aqui, ao contrário da crucificação, momento final da *via crucis* cristã, assistimos à representação da mercantilização dos direitos sociais (no caso, o casamento) promovida pelo capitalismo neoliberal – “[...] o movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria” (Chauí, 2020, p. 43). A mercantilização do casamento de Inajacy e Inajá aponta para a desarticulação da dimensão ética dos direitos sociais e a reificação das relações sociais: “Pronto, os noivos passam a ser sua propriedade e mandou parar o que chamou de palhaçada.

Conseguiu empresário, imprimiu ingressos e a cerimônia prosseguiria, agora, com entrada paga” (Larêdo, 2015, p. 269).

Casada, Inajacy mergulha num igarapé e, com auxílio de um pajé, realiza a mudança física desejada: “Após as benzeções, a imersão do banho nas águas centrais do igarapé, o pajé disse finalmente que sua obra estava concluída e que realmente conseguira transformar, fazer mais a metamorfose, e estava ali uma formosa mulher, e não mais um homem” (Larêdo, 2015, p. 271). Através da cerimônia, seguindo a lógica mística da narrativa, Inajacy desencanta-se e conclui a transição de gênero, renascendo das águas em seu verdadeiro ser-estar. Um final feliz, pois Inajacy consegue casar-se com o seu amado e desencantar da indesejada forma masculina, remodelando seu corpo para o corpo almejado, encontrando a conformidade com sua identidade de gênero. Em outras palavras, através da solução mística, o romance dignifica a resistência e a luta contra a violência exercidas por um grupo vulnerável, tolhido de elementos básicos do bem-estar social pela imposição forçada da cisheteronormatividade (tanto no período militar como ainda hoje), que lhes imputa hipocritamente a pecha de inimigo da moral, dos bons costumes e da família.

Contudo, a *via crucis* de proibição do casamento apenas existiu porque os militares queriam saciar um sadismo e prover à população entretenimento para encobrir a corrupção endêmica do regime, como também só foi concluído após o vereador-empresário ver que poderia lucrar com a situação. O afeto do casal tornou-se, dessa forma, tanto mercadoria quanto fonte de prazer e ilusão, reflexo de um país atravessado pelo ideal colonial patrimonialista e pelo capitalismo neoliberal contemporâneo, exemplificando como o Estado transforma-se em uma empresa que objetiva atender grupos de interesse restrito (no caso do romance, os militares e o vereador-empresário), convertendo direitos humanos e sociais (o afeto e o casamento) em subterfúgio para alcançar benefícios específicos. Inajacy personifica essa objetivação ao ter a subjetividade e corpo invadidos pelo Estado ditatorial e pelo capitalismo, como também, pela mídia e pelos segmentos jurídicos, médico e social conservadores, transformando-se em vítima do racismo multidimensional que a privou da dignidade humana e a relegou à humilhação e à marginalização social, espelho do que a comunidade LGBTQIA+ (principalmente, pessoas trans) sofre no Brasil por parte de grupos sociais dominantes.

5 Considerações finais

Desde a Rebelião de Stonewall (1969), marco inicial do movimento LGBTQIA+ no ocidente, a comunidade conquista arduamente direitos. Em 2022, a transgeneridade saiu da categoria de patologia ao ser retirada definitivamente da classificação de transtornos mentais pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, em 2019, a homotransfobia foi criminalizada quando o Supremo Tribunal Federal (STF) a enquadrou na lei de crimes de racismo; entretanto, não foi criada uma lei específica contra essa forma de violência por falta de aprovação do Congresso Nacional. Como se pode perceber nos exemplos citados, as conquistas são recentes e ainda há resistência por uma parcela significativa da sociedade. Casos de violências contra pessoas LGBTQIA+ são recorrentes e continuam a existir países em que é crime contrapor à cisheteronormatividade, delitos passíveis até de pena de morte em alguns casos. Em outras palavras, LGBTQIA+fobia está enraizada na estrutura social, e há um longo caminho de luta para combater as diversas formas de violência sofridas e para reivindicar direitos ainda negados.

A trajetória trans, metaforizada na jornada percorrida por Inajacy, faz alusão à *via crucis* de Jesus na obra. Semelhante a Jesus, ela é representação de uma pessoa da classe popular vítima do autoritarismo – julgada, humilhada, violentada e presa por ser considerada uma herege na perspectiva dos grupos sociais privilegiados. Essa intertextualidade com a *via crucis* aproxima a imagem de uma personagem que resistiu à humilhação exercida coletivamente à figura divina que representa resistência e compaixão com o próximo. Assim, interliga-se na obra ética e estética, provendo ao leitor a oportunidade de criar empatia por Inajacy, crucificada por manifestar o amor, e provendo uma reflexão sobre as injustiças existentes nas formas de violências sistêmicas e simbólicas executadas com aqueles que não estão submetidos à concepção hegemônica defendida pela sociedade conservadora (e, no caso, ditatorial). Assim, Inajacy pode ser lida como um símbolo de resistência de um grupo social; bem como, a obra pode ser vista como um dos poucos textos ficcionais que apresenta esta temática (a transgeneridade), raramente abordada quando se trata da representação e figuração ficcional da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Ter uma personagem transfeminina como protagonista de um romance, sem ser representada por estereótipos comuns na literatura brasileira, com um final feliz ao lado do seu amado, é simbólico em um país em que pessoas trans são linchadas e/ou mortas pelo mero fato de manifestarem sua identidade. Ademais, frequentemente lhes são negados direitos básicos, como a manifestação livre do afeto. Ainda mais

simbólica é a obra hoje, em uma contemporaneidade que apresenta graves retrocessos na violência social, em que se clama pelo retorno da intervenção militar e o contramovimento neoconservador se expande, disseminando o falso discurso de que os direitos de grupos sociais privilegiados são afetados com as conquistas de direitos de grupos sociais subalternizados, o que impulsiona ainda mais a imposição do padrão cisheteronormativo e os casos de exclusão e violências com LGBTQIA+. Em síntese, para prover a liberdade de ser-estar e a igualdade em um país (dito) democrático, é também fundamental a essa luta, como bem observa Schwartz, incentivar a “educação, proteção, inclusão e autonomia [...] únicas diretrizes que podem garantir que essas parcelas da população [...] deixem de ser alvos de ataques e se transformem em cidadãos com plenos direitos” (2019, p. 205), e a literatura e outras artes, nesse ponto, são meios privilegiados para a promoção de uma cidadania plena e o livre exercício dos direitos legalmente assegurados.

THE PATH OF DEHUMANIZATION: REPRESENTATION OF SOCIAL VIOLENCE AGAINST TRANSGENDERED PEOPLE AND CISHETERONORMATIVITY IN THE NOVEL *OLHO DE BOTO* (2015)

Abstract: In the dialogue between literature and violence, some literary texts provide readers with empathy about subjective violence and awaken perceptions about systemic and symbolic forms of violence. This article aims to analyze in the novel *Olho de Boto* (2015), by Salomão Larêdo, the representations and figurations of violence against the LGBTQIA+ community, the relations with contemporary conservatism and authoritarianism and from the period of the Civil-Military Dictatorship, respectively the times of production and representation of the work, and the intertextualities established with the Christian *Via Crucis*. The narrative shows the subjective, systemic and symbolic violence experienced by a trans character who aims to marry her beloved and complete her gender transition during the Brazilian Civil-Military Dictatorship. The character, victim of the compulsory cisheteronormative model, only reaches her objective after the capitalist co-optation of this right. The main theoretical contributions used in the analysis are Bento (2008), Žižek (2014), Chauí (2017; 2020), Quinalha (2017) and Schwarcz (2019).

Keywords: *Olho de Boto* (2015); trans character; compulsory cisheteronormative model; representations of violence.

Referências

ALEXANDRE, Vinícius. *Vivendo uma conjugalidade insubordinada: narrativas de casais cis-trans e casais transcetrados*. 2020. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-14022021-215819/publico/Vinicius_Alexandre_Versao_Resumida.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfin. Histórias de silenciamento. In: NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfin; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. *Dossiê A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans*. Brasil: Rede Trans Brasil, 2017. Disponível em: <<http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/01/A-Geografia-dos-Corpos-Trans.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 43, p. 441–473, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645172>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al.*, — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. In: NOVAES, A. *Mutações: ainda sob a tempestade*. São Paulo: Edições Sesc, 2020. p. 33-50.
CHAUÍ, Marilena. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CRUZ, Lua Gill da. Uma espectrografia do autoritarismo: o tempo da Ditadura na literatura do século XXI (2000-2020). *Escritas do Tempo*, v. 4, n. 12, 2023, p. 262-282. Disponível em: <<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1958>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; MENDES, Bárbara Gonçalves; NAIFF, Denis Giovanni Monteiro. “Salve a seleção”: ditadura militar e intervenções políticas no país do futebol. *Psicologia e Saber Social*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 143-153, jul. 2014. ISSN 2238-779X. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12211>>. Acesso em: 26 jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.12211>.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

LARÊDO, Salomão. *Olho de Boto*. 1 ed. São Paulo: Empíreo, 2015.

MORAES, Marlison Souza. “*O amor que ousa dizer o seu nome*”: História e Homoerotismo na Amazônia em “Olho de Boto” (1967-1985). 2022. 100f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

OLIVEIRA, Rubenil da Silva. *Representações das identidades homoafetivas na prosa contemporânea brasileira: leituras da escrita de si*. 2019. 305f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SILVA, Emerson Silvestre Lima da. *Corpo-trans: representação e autorrepresentação de personagens transgêneras na narrativa contemporânea brasileira*. 2020. 191f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

VALENTE, Jonas. Levantamento aponta recorde de mortes por homofobia no Brasil em 2017. *Agência Brasil*, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>>. Acessado em: 16 jan. 2023.

ZIZEK, Slavoj. *Violência: Seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em 02/03/2023

Aceito em 27/11/2023

Publicado em 30/11/2023